

De Tordesilhas às Bandeiras: a expansão territorial do Brasil e a atividade militar

Prof. dr. Dante Ribeiro da Fonseca

Resumo

O processo de conquista e colonização portuguesa do Brasil tendo como ênfase a ação militar impõe observar dois aspectos relevantes: a relação entre proselitismo cristão e ação militar, que coadjuvam a conquista da colônia brasileira, e em segundo lugar a ação econômica, vinculada à ação militar. A ação militar era responsabilidade também do colono civil através de vários mecanismos legais, instituídos ao longo da formação do Estado Nacional Português. Dentre esses mecanismos está a Bandeira cujas patentes eram atribuídas pelas autoridades metropolitanas e coloniais. São Paulo e Belém do Pará foram os núcleos irradiadores das ações que vieram a romper com os limites de Tordesilhas. No norte da colônia, é a partir de Belém que se dá o avanço sobre Tordesilhas e resultam no Tratado de Madri. Eventos posteriores consolidarão a fronteira noroeste. É nesse período que ocorre a conquista portuguesa da área dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé. Esses rios delimitaram a referida fronteira.

Abstract

The processes of Portuguese colonization of Brazil with an emphasis on military action, urge the observation of two major aspects: firstly, the relationship between Christian indoctrination and military action which underlies the conquest of the Brazilian colony, secondly, the economic action related to the military action. Because of many legal mechanisms put in place by the Portuguese state throughout its formation the military action was also responsibility of the settler. Among many mechanisms there was the Bandeira - formed by the colonial authorities. São Paulo e Belém do Pará were the main points, influencing the actions that came to break the boundaries of the Treaty of Tordesilhas. In the north of the colony, it was from Belém that happened the crossing of the area delimited by the Treaty of Tordesilhas in wich has lead to the Treaty of Madri. Later events were responsible to shape the northwest border. It was during this time that occurs the Portuguese conquest of the areas comprising the rivers Madeira, Mamoré e Guaporé. Those rivers have shaped the border mentioned above.

Palavras chave: Fronteira, bandeira, Amazônia, São Paulo.

Introdução: conquista e colonização

A abordagem do processo de conquista e colonização portuguesa do Brasil tendo como ênfase a ação militar impõe a observação de dois outros aspectos relevantes. São eles: o religioso e o econômico.

Quanto ao aspecto religioso, podemos destacar a mentalidade de cruzada, que presidiu inicialmente a conquista da terra. Foi esse um aspecto ideológico norteador da ação missionária e também militar. Logo após a conquista Ceuta pelos portugueses em 1415, que inaugurou o domínio português do périplo africano em direção às Índias Orientais, o papa Martinho V expediu a bula *Rex Regnun*. Essa bula de 1418 conferiu o caráter de cruzada à ação portuguesa na África ocidental, conclamando todos os reis cristãos a unirem-se na luta contra os mouros.

Do mesmo modo, proselitismo cristão e ação militar coadjuvam a conquista da colônia brasileira. A obrigatoriedade de adoção da fé pelo nativo era conferida unilateralmente pelas leis ibéricas. A conversão então explica em parte a enorme proeminência atribuída pelos reis ibéricos às ordens religiosas no trato com os nativos do Brasil. Essa proeminência durou até 1758, ano em que foi publicado o Diretório dos Índios, lei que inaugura a decadência da ação missionária nessa questão, pois foi substituído o clérigo pelo elemento laico.

Quanto ao recorte econômico, sabemos que a conquista da América também representou uma obstinada busca de riquezas pela Europa. Por isso, o avanço pelo território segue a rota da instalação de sistemas produtivos ou das descobertas das riquezas naturais. Foram os casos da cana de açúcar e também do ouro no Brasil, ou do extrativismo vegetal amazônico.

O caráter militar das bandeiras

A ação econômica também esteve umbilicalmente vinculada à ação militar na conquista da terra. Os vários povos nativos viam seus territórios serem conquistados pelo europeu. Era então que a função essencialmente guerreira do nativo interagiu com a função militar do colonizador. Devemos alertar, porém, que aquilo que consideramos atividade militar terrestre nos séculos iniciais da colonização não era atributo exclusivo do exército regular. Era responsabilidade também do colono civil através de vários mecanismos legais, instituídos ao longo

da formação do Estado Nacional Português. Dentre esses mecanismos está a Bandeira cujas patentes eram atribuídas pelas autoridades metropolitanas e coloniais.

Essas instituições já haviam estabelecido na metrópole aquilo que se chamou de militarização da sociedade portuguesa. Foram transferidas para o Brasil e, em parte, adaptadas às novas condições de conquista aqui encontradas. Os próprios cargos de administração colonial uniam a função civil e militar, daí porque a profusão de títulos como capitães-generais, capitães donatários, sargentos mores e outros. Na organização militar terrestre portuguesa encontramos primeiramente o exército, mantido pelo Estado Absolutista na figura dos corpos regulares ou tropa de linha. Além da estrutura militar permanente e profissional que passou a existir a partir de determinada época, continuaram a existir os corpos de milícias e ordenanças. Esses últimos eram constituídos pelos súditos que, quando convocados pelo Estado, os compunham sem perceber nenhum tipo de remuneração. Destinavam-se ao apoio, ou mesmo em alguns casos à substituição, das tropas regulares profissionais. Havia nessas tropas uma hierarquia de patentes que plasmava a ordem social do antigo regime colonial. Situavam nos escalões mais baixos os brancos pobres, mestiços de toda ordem negros livres e escravos, além dos indígenas tapuios ou não. No topo da hierarquia o mestre de campo seguido do capitão-mor, sargento-mor e capitão; mais abaixo, em postos subalternos as patentes como alferes, sargentos, furriéis, cabos-de-esquadra, porta-estandartes e tambor completavam as patentes militares das ordenanças. Foram registradas, também aqui, adaptações resultantes de inúmeras exceções a essa regra, próprias de sociedades onde, como a nossa, a mestiçagem tornou-se comum. Quando indivíduos de origem africana, indígena ou mestiça, demonstravam valor militar ou enriqueciam, frequentemente eram alçados às patentes superiores.

Os corpos de ordenanças, existentes em Portugal já no século XVI, representaram um desdobramento da organização militar portuguesa mais antiga na qual existiam as bandeiras. Essas bandeiras medievais constituíam-se como organizações militares espontâneas e

tumultuárias a que o Regimento das Ordenanças procurou disciplinar ainda naquele século. No Brasil foi através desse regimento que se vulgarizou a definição de bandeira. As adaptações do instituto das bandeiras por aqui não se fizeram esperar. Primeiramente, de função defensiva e estática na metrópole a bandeira passou a exercer a função de ataque, apresamento de cativos e reivindicação de soberania territorial. Seus comandantes eram, em geral, também comandantes das milícias e ordenanças nomeados pelas autoridades coloniais ou reinóis.

A historiografia distingue as entradas das bandeiras, diferença firmada por Basílio de Magalhães em 1913, que definiria as “entradas” como expedições oficiais do governo e “bandeiras” como expedições de caráter particular. As entradas eram expedições destinadas a conhecer os sertões ou para dar combate aos grupos indígenas que recalcitravam contra o elemento colonizador. A expedição de Francisco de Melo Palheta que partiu de Belém em 1722 e viajou até o rio Mamoré, retornando no ano seguinte é claramente uma entrada, dado o seu caráter oficial de reconhecimento¹. Hélio Viana, tipifica as bandeiras paulistas segundo sua finalidade, a saber: a) uma primeira fase de pesquisa exploração mineral nos atuais estados de São Paulo e Paraná; b) para combater, sob o regime de contrato, índios e quilombolas rebeldes em outras áreas da colônia; c) bandeiras de povoamento de regiões litorâneas como Paranaguá e Laguna, ou interiores, como o vale do rio São Francisco, Curitiba e Palmas; d) prear indígenas e e) um segundo período de pesquisa e exploração mineral que ocasionou a ocupação de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. A maior parte das expedições em direção ao interior do continente, que extrapolaram os limites de Tordesilhas, pode ser classificada como bandeira, pois possuía essencialmente dois objetivos particulares: as bandeiras de apresamento e de pesquisa e exploração mineral.

¹ “Mas foi uma viagem exploratória, não colonizadora”. (GOES FILHO, 2015, p. 185).

Taunay (2012, p. 192) registra o uso do termo bandeira em fonte do Conselho Ultramarino de 1676, contudo, Góes Filho indica a existência em documento jesuítico espanhol de 1636 do termo “*bandera*” significando grupo armado que atacava as missões (2015, p. 114). Já no final do século XVIII o termo estava sendo usado regularmente como se refere frei Gaspar da Madre de Deus: *Constando-lhe por informação dos índios, que nas vizinhanças da Cananéa havia ouro, apromptou huma Bandeira de 80 homens, e por elles mandou examinar o sitio indicado das Minas [...].* (MADRE DE DEUS, 1797, pp. 84-85).

Esse caráter expansionista atribuído às bandeiras foi mais praticado nas áreas periféricas aos centros políticos e econômicos coloniais. São Paulo e Belém do Pará foram os núcleos irradiadores das ações que vieram a romper com os limites de Tordesilhas. Os processos de conquista e ocupação portuguesa, efetivos na bacia do rio Amazonas, podem ser situados entre construção do Forte do Presépio, origem da atual cidade de Belém, em 1616, até o Tratado de Madri (1750). No norte da colônia, é a partir de Belém que se dá o avanço sobre Tordesilhas. O Tratado de Madri representa o início da consolidação jurídica do processo de consolidação portuguesa para oeste de Tordesilhas. Eventos posteriores, que se prolongarão até o século XX, consolidarão a fronteira noroeste tal como a conhecemos hoje. É nesse período que ocorre a conquista portuguesa da área dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé. Esses rios delimitaram a referida fronteira.

As bandeiras e a expansão territorial

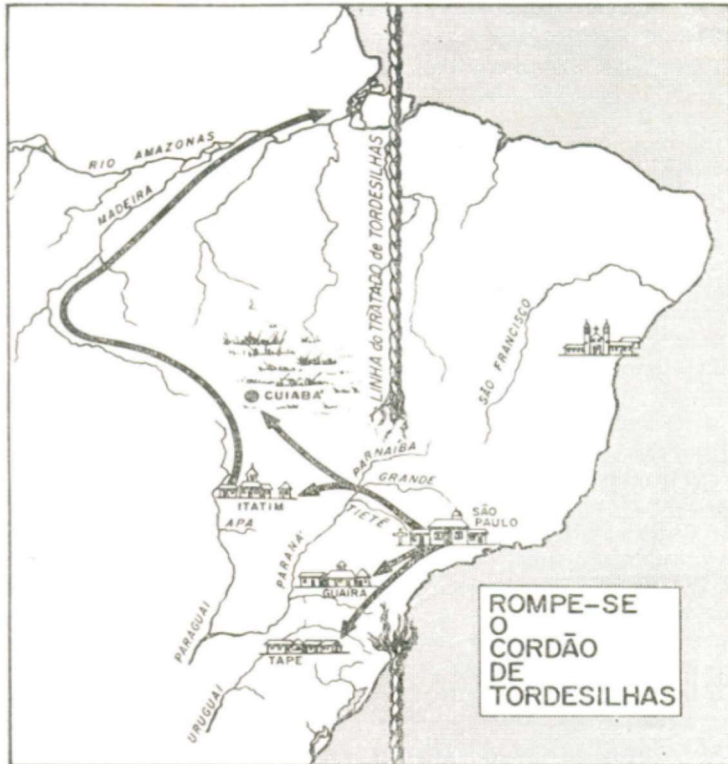
A historiografia nacional firmou a convicção predominante de que o rompimento da linha de Tordesilhas no Brasil e a resultante consolidação territorial portuguesa, sobre território antes convencionado como pertencente à coroa de Espanha, foi obra dos bandeirantes de Piratininga. Essa vinculação é tão forte que a palavra bandeirante passou mesmo a ser sinônimo de paulista. Normalmente a

palavra é vinculada automaticamente ao movimento de expansão e ocupação das fronteiras brasileiras a partir do planalto de São Paulo durante o período colonial.

Curioso é notar que em carta ao rei de Portugal, D. João III, Diogo Nunes informa que no ano de 1538 partiu do Peru, em companhia do capitão Mercadillo, a descobrir terras despovoadas no rio Amazonas (NUNES, 1916, p. 375). Na informação, antecipa já o subscritor da carta a dificuldade de conquistar o Grande Rio por São Vicente (São Paulo). Diz que, embora seja possível sua conquista por terra firme *atravessando pelas cabeçadas do Brazil*, não aconselha o feito pela muita gente e petrechos que será necessário levar, sugerindo *povoar como por este Ryo* (NUNES, 1916, p. 377). Antecipava já o missivista uma variante independente, daquela de São Paulo, da conquista consolidada pelo Tratado de Madri em 1750, a variante amazônica.

A predominância da interpretação, centrada em São Paulo, de um dos mais importantes fenômenos de nossa História pode ser entendida na origem mesmo da historiografia sobre o tema. O bandeirante entra também na História do Brasil mitificado em poesias do movimento arcádico como “Vila Rica”, do inconfidente Cláudio Manoel que atribui a esse personagem a posse do imenso interior brasileiro (GOES FILHO, 2015, p. 130).

Para citar autores de peso, pois de resto essa é a História contada na maioria dos livros didáticos, temos o embaixador Álvaro Teixeira Soares (1975), que declara: [...] *caberá aos bandeirantes de São Paulo a função histórica de triplicar a área do Brasil estabelecida pelo tratado de Tordesilhas*. Na mesma obra Teixeira Soares apresenta o mapa abaixo:



Fonte: SOARES, 1975.

Da observação desse mapa depreende-se que mesmo a fronteira dos rios Madeira e Amazonas foi anexada ao território nacional pela ação dos bandeirantes paulistas, pois que no mapa o vetor do avanço sai de São Paulo, seguindo depois para o Amazonas. Taunay (2012, p. 185) também imprime essa percepção ao declarar que:

A solução de continuidade existente entre as áreas hoje mato-grossenses da bacia amazônica e as que se distribuem pelo Pará e o Amazonas começou a ser apagada em 1742 com a famosa viagem de Manuel Félix de Lima e Joaquim Ferreira Chaves, de Vila Bela a Belém do Pará.

Em ambos os casos, no trecho de Taunay e no mapa de Soares, o vetor de incorporação desse território parte de São Paulo e chega ao rio Guaporé. Tavares em razão do bandeirismo de preação e Lima em razão do surto minerador.

Devemos, no entanto, aqui apontar duas imprecisões, primeiramente nos recorrendo do mapa. A linha maior, que partindo do Itatim chega à ilha de Marajó, ou seja, às proximidades Belém, seria o roteiro da famosa viagem do bandeirante paulista Antônio Raposo

Tavares que traçaria, com pequenas modificações, as futuras fronteiras do Brasil. Ocorre, porém, que após minucioso estudo o historiador Jaime Cortesão (2012, p. 377) define o seguinte roteiro da expedição:

I – de São Paulo ao Paraguai; II – do Paraguai até aos serros do sistema chiquitano; III – daqui até à região dos chiriguano; IV – exploração das faldas orientais dos Andes; V – regresso pelo Guapaí até a planície cruceña; VI – finalmente, o grande trajeto fluvial pelo Guapaí-Mamoré-Madeira-Amazonas até Gurupá.

A bandeira de Raposo Tavares seguiu o caminho diferente daquele tradicionalmente indicado nos mapas. Não seguiu o rio Guaporé e isso em razão de que seu objetivo era capturar, na segunda parte do empreendimento, os índios chiriguanos, residentes nas faldas dos Andes. Enfim, contrariamente ao que Cortesão defende, Tavares estava interessado em escravizar os indígenas, e não em estabelecer as novas fronteiras coloniais.

Em segundo lugar a afirmação de Taunay. Desconsidera ela todo o movimento anterior que, partindo de Belém, já havia ocupado a região do baixo Madeira. Além do que, a expedição de Félix de Lima (1742) foi antecedida por aquela outra de Melo Palheta (1722). Uma tinha finalidade de estabelecimento de circuito comercial entre o centro minerador guaporeano e Belém e a outra de reconhecimento das missões espanholas da região guaporeana. Entretanto, nenhuma das três expedições fixou populações coloniais na nova fronteira, coisa que os jesuítas já haviam feito na segunda metade do século anterior no rio Madeira. E, de todo modo, a solução de continuidade entre a região guaporeana e os rios Madeira e Amazonas, seu trânsito por súditos portugueses, será superada sim. Mas, isso ocorrerá apenas com a obrigatoriedade da navegação do rio Madeira no circuito comercial Belém/Vila Bela. Essa obrigatoriedade foi imposta pelo governo português em meados do século XVIII, pois até aquela época vigorava a proibição de abertura de novos caminhos para as minas, datada de 1733, que incluía a navegação pelo rio Madeira e mantinha isolado naquele ponto o contato entre a bacia do Amazonas e a do Centro Oeste.

Resta, contudo, a Taunay o mérito de ter reconhecido implicitamente que a ocupação do norte do Brasil não foi obra paulista. Em seu “Escorço Biográfico de Pedro Taques de Almeida Pais Leme (1714-1777)”, declara que o recuo do meridiano de Tordesilhas para o coração da América do Sul deveu-se ao avanço das bandeiras paulistas, embora declare, com menor ênfase, que foram eles os: *construtores do áspero Brasil Meridional e Central* (In: LEME, 2004, p. 61).

Também Darcy Ribeiro declara que essa expansão e ocupação territorial são obras dos brasilíndios ou mamelucos gestados principalmente pelos portugueses de São Paulo (RIBEIRO, 1995, p. 106). Caminhando pelos dilatados sertões esses pioneiros pedestres chegariam às nossas fronteiras nos rios Paraná, Paraguai e Guaporé. Quedou também no olvido desse intelectual o papel dos nossos bandeirantes fluviais do norte do Brasil, do Grão Pará.

Dentre aqueles poucos autores que registraram a participação nortista no processo de ocupação das fronteiras, citamos aqui o paulista Paulo Prado que em sua obra “Retrato do Brasil” declarou corretamente que as: [...] *bandeiras amazônicas, que pelo Madeira se ligaram às de São Paulo; alcançaram os limites do Javari e ocuparam a Guiana.* (2012, p. 56). A quase correta observação de Paulo Prado, visto que não registrou o pioneirismo do bandeirismo nortista, apreendeu-a de um escrito de Capistrano de Abreu, conforme ele mesmo declara.

Recentemente, outra obra destacou o valor da ação dos bandeirantes e missionários do norte do Brasil. Trata-se do primoroso trabalho do embaixador Synesio Sampaio Góes Filho intitulado “Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil” (2015). Contudo, nesse trabalho, o embaixador, embora reconheça o papel do norte na consolidação das fronteiras do Brasil, não se detém o suficientemente nessa parte, pois que na obra: [...] *interessa particularmente a parte das bandeiras paulistas que ultrapassou de forma habitual o meridiano das 370 léguas, levando os limites do território brasileiro até quase os*

contrafortes andinos (GOES FILHO, 2015, p. 114). Tem o mérito, porém, de registrar o vetor de ocupação territorial a partir de Belém, embora declare que por essa via as iniciativas para se atingir o Centro-Oeste eram bem menores. Essa escassez de iniciativas se dava por vários motivos. Primeiramente a concentração de esforços na expansão pela calha principal do Grande Rio, já por si um enorme esforço pela extensão do curso d'água, embora encontrassem os portugueses em vantagem em relação aos espanhóis por ocuparem sua foz, facilitando sua navegação. Acrescentemos, porém, outro elemento da hidrografia da região, os acidentes que interrompiam os rios em seu curso do Centro Oeste para a bacia Amazônica, dificultando a navegação. Finalmente a proibição já citada de 1733 que dura até 1752. Por outro lado, se a descoberta de riquíssima reserva de prata em Potosí já no século XVI desestimulava os espanhóis de maiores esforços para descer os Andes e conquistar a floresta amazônica hostil, a ausência de significativas jazidas de metais preciosos em território português provocava o efeito contrário nos lusitanos.

Podemos resumir então que as fronteiras portuguesas na América do Sul foram expandidas a partir de duas frentes de colonização: pioneiramente a frente amazônica e após o início do Ciclo do Ouro a frente paulista, que se encontraram no rio Madeira, fechando o périplo da ocupação da fronteira oeste.

Assim é que o atribuir ao elemento paulista mérito de ter expandido nossa fronteira oeste, é fruto de verdade apenas parcial. Resulta de uma confusão quanto à natureza das bandeiras e suas consequências. Somente podemos entender sua aceitação predominante pelos estudiosos do assunto se compreendermos que hoje, ainda, não possuímos uma História do Brasil que considere harmonicamente os processos históricos ocorridos no território nacional. Aquilo que chamamos de História do Brasil é, de fato, a História Regional do litoral brasileiro e de algumas áreas anexas: como as Minas Gerais e o planalto de São Paulo. A primeira foi incorporada à História pela importância da produção aurífera no período colonial; a segunda pela preeminência econômica que passa a exercer sobre o

Brasil com a decolagem da produção cafeeira em meados do século XIX e com a industrialização, iniciada no final daquele século.

Então, a historiografia predominante, litorânea e em grande parte sudestina, classificou a si própria como História do Brasil. As demais ficaram circunscritas ao âmbito das Histórias Regionais. A Teoria dos Ciclos Econômicos, criada por um paulista (Roberto Simonsen) nos anos 30 do século passado, veio reforçar essa percepção. Os principais ciclos ocorreram nessas regiões: o açúcar, o ouro, o café. Os ciclos menores e secundários em outras regiões ou nas periferias: o gado e as drogas do sertão. Nem o Ciclo da Borracha, com o enorme impacto sobre a região Amazônica, veio a desfazer esse entendimento. A Amazônia e o Centro Oeste seriam partícipes de uma história secundária, uma História Regional, em contraposição à História do Brasil, da qual participariam apenas marginalmente. Assim, os compêndios de História do Brasil tratam superficialmente o processo histórico nessas regiões, mesmo quando incorporam fases de importantes produções como o ouro no Centro Oeste e a borracha na Amazônia. Segundo essa História predominante foram os bandeirantes paulistas que conquistaram nossas fronteiras para oeste da linha de Tordesilhas.

O norte e o sul da colônia portuguesa

Embora tenhamos notícias de incursões navais de portugueses na foz do rio Amazonas desde os primeiros anos do século XVI, o primeiro registro de navegante europeu a encontrar a foz do Grande Rio foi Vicente Pinzon, a serviço do rei de Espanha. Também foram os espanhóis os primeiros navegantes europeus daquele rio. Após a primeira expedição espanhola, entre 1540 e 1542 outras expedições devassaram aquele curso de água. Nesse ínterim se realizava lentamente a expansão portuguesa no território a leste da linha de Tordesilhas. Assim é que em 1535 D. João II doou a João de Barros uma das capitanias criadas no Brasil naquele momento, na foz do rio Amazonas. Apesar do dispêndio de recursos próprios, a tentativa de

colonização daquela parte da colônia fracassou. Mais ao sul da colônia foi fundada São Paulo em 1540. Desses dois pontos do território a leste de Tordesilhas é que a linha de fronteira será rompida pelo avanço português para oeste. É de interesse observar que o início do avanço português sobre o território convencionado como espanhol, ocorre já durante a União Ibérica. Esse período foi assim chamado porque de 1580 a 1640 Portugal e Espanha foram governados pelos monarcas espanhóis. A razão desse fato foi ter falecido em luta contra os mouros na Batalha de Alcácer-Quibir em 1578, sem deixar herdeiros diretos, o rei português D. Sebastião, cuja sucessão coube aos seus parentes mais próximos, os reis de Espanha.

A partir do último quartel do século XVI São Paulo inicia a desenvolver uma extensa lavoura comercial de alimentos. Esses produtos eram destinados principalmente ao mercado litorâneo da colônia. Essa lavoura estava baseada toda ela no trabalho do indígena escravizado (MONTEIRO, 1994). Foi a partir dessa base social e econômica que se desenvolveu o bandeirismo naquele espaço.

Embora a bandeira seja uma instituição militar portuguesa desde a Idade Média com o passar do tempo transformou-se se adaptando às modificações na arte da guerra colonial e conformando-se como companhia de ordenanças ou milícias. Tornou-se comum no Brasil desde o primeiro quartel do século XVII. Seus oficiais eram nomeados para comandar as ordenanças ou milícias destinadas às atividades militares e de polícia e, pouco a pouco, transformam essas atribuições naquelas de: [...] *ataque, apresamento, exploração e reivindicação de soberania* (CORTESÃO, 2012, p. 75), através de um processo adaptativo às condições locais torna-se bandeira livre de *assalto e exploração do sertão* (Idem, p. 76).

A atividade de apresamento para escravização do nativo desenvolvida pelos paulistas pode ser dividida em fases. De 1628 a 1641 não distanciavam muito de São Paulo e os grupos mais afetados foram os guaranis. Aproximadamente em 1640, a estratégia dos jesuítas espanhóis consistiu em organizar os nativos em reduções mais distantes da área de ação bandeirante. Além disso, armaram seus

índios contra os ataques dos paulistas. De modo que as andanças dos bandeirantes dilataram-se mais e mais conforme o nativo e o missionário interiorizavam sua fuga. Uma bandeira que se notabilizou pelo enorme percurso que realizou foi aquela liderada pelo mestre de campo Raposo Tavares. Iniciada em 1639 em São Paulo essa bandeira foi ao sul do Brasil. Sendo mal sucedida no ataque às missões religiosas daquela região dirigiu-se ao norte, em busca dos “índios serranos”. Esses nativos são os chiriguanos (guaranis) que residem nas faldas dos Andes ainda hoje, na região do Oriente Boliviano.

A oeste de Tordesilhas: Belém do Pará e São Paulo de Piratininga

Ao estudar o avanço da ocupação portuguesa a oeste de Tordesilhas devemos observá-la sob uma perspectiva mais abrangente, do ponto de vista de seus vetores. Por outro lado, é necessário que atentemos para determinados detalhes conceituais, os quais passaram quase despercebidos ou foram mesmo em grande parte ignorados. Dentro dessa perspectiva de análise mais minuciosa, é necessário adotar uma conceituação mais precisa dos elementos da ampliação da fronteira. O termo fronteira pode assimilar múltiplos conceitos, assim é necessário deixar claro aqui que falamos apenas em fronteira política. Além disso, é necessário absorver nesses estudos dados empíricos que estão há muito à disposição dos historiadores, embora desprezados ou subestimados em razão de uma historiografia que, até há pouco, estava quase que exclusivamente centrada nos fenômenos ocorridos na região Sudeste e no litoral entre Pernambuco e São Paulo.

Tais fenômenos dizem respeito à expansão e posterior ocupação das fronteiras que resultou do rompimento da linha de Tordesilhas a partir da instalação dos portugueses em Belém em 1616. Coube a esses elementos a primazia dessa ocupação. A constituição dos primeiros núcleos coloniais em território espanhol em uma área que corresponde hoje a aproximadamente 49% do território nacional, produziu o espaço que hoje denominamos a região Amazônica brasileira.

A diferença fundamental está em distinguir expansão de ocupação. Antes do Ciclo do Ouro os bandeirantes de São Paulo promoveram um movimento de expansão para oeste de Tordesilhas, mas não de ocupação. Expandiram suas atividades da economia de preação. Em geral, pouquíssimas bandeiras foram organizadas nessa área com a finalidade exclusiva de pesquisa mineral. Mas, quando encontradas pedras ou metais preciosos, a função de ocupação territorial produzida pela bandeira conduzia a resultados qualitativamente diferentes daqueles das entradas ou das bandeiras de preação. Dentre as bandeiras de pesquisa mineral podemos citar, de pronto, a mais famosa, de Fernão dias que em 1674 partiu de Guaratinguetá (SP) em busca das minas de esmeralda de Sabarabuçu. Contudo, de fato, a maior parte das bandeiras a oeste de Tordesilhas partia em busca de escravizar indígenas, atividade que eventualmente combinava com a pesquisa e exploração mineral.

Nessas atividades os bandeirantes (paulistas) seriam os detentores do mérito da expansão e ocupação de nossas fronteiras? Antes de responder temos que fazer outras considerações, agora de ordem empírica. Desde antes da primeira metade do século XVII os bandeirantes paulistas ultrapassaram a linha de Tordesilhas. A mais famosa dessas expedições foi a de Raposo Tavares, que partindo de São Paulo terminou em Belém do Pará. Em que pese a posição de Jaime Cortesão de que esta foi uma bandeira de limites, quase uma entrada, não é cabalmente provada essa finalidade da expedição. Incontestável é que Raposo Tavares partiu para saquear as missões religiosas dos espanhóis e capturar escravos indígenas.

É possível admitir, contudo, que as entradas foram responsáveis pelo reconhecimento desse território, fator importantíssimo para as renegociações de fronteiras. Também é admissível que todas as bandeiras de preação, assim também a bandeira de Raposo Tavares, não foram responsáveis diretas pelo povoamento da fronteira lusitana a oeste de Tordesilhas. Isto porque depois de atacar as aldeias indígenas ou as missões religiosas, ou ambas, os bandeirantes retornavam para leste daquela linha. Eram apenas expedições de

saque, que não consolidavam população de súditos portugueses em território espanhol, incluindo nessa categoria de súditos os índios e tapuios aos portugueses subjugados.

Em sua importante obra “História das Bandeiras Paulistas” o historiador paulista Afonso D’Escragnolle Taunay (2012, p. 208) declara:

Foi o ouro o verdadeiro causador da tomada de posse definitiva das terras centrais. Não existissem o arraial do Bom Jesus do Cuiabá e o arraial guaporeano, futura Vila Bela, e Alexandre de Gusmão disporia de débil base de argumentação para invocar o *uti possidetis* em favor da fixação da fronteira do Brasil a dois mil quilômetros a oeste da linha tordesilhana.

Devemos ir um pouco mais adiante para que não haja dúvida interpretação. A exploração mineral foi responsável não apenas pela tomada de posse, mas pela a ocupação efetiva do território a oeste de Tordesilhas pelos bandeirantes paulistas. Porém, o fenômeno apenas poderá ser constatado a partir do chamado Ciclo do Ouro. A razão disso é exatamente porque promoverá a fixação da população em território espanhol. Não nos esqueçamos de que a legitimação dessa fronteira se dará com o Tratado de Madri, de 1750, cujo principio basilar foi o *uti possidetis*, ou seja, a terra pertence ao rei cujos súditos a ocuparem. Mas Taunay fala da ocupação com os olhos fixos em São Paulo, vê a árvore, mas não a floresta. Não se refere a Belém, uma das bases dessa ocupação. Na Amazônia não houve o Ciclo do Ouro e, no entanto, a região participou de forma primordial, importante e decisiva no processo de ocupação da região a oeste de Tordesilhas, em período mesmo anterior a esse ciclo. Aduzimos ainda que esta ocupação ocorreu mais em função da defesa do território que em razão do Ciclo das Drogas do Sertão, também um ciclo ambulante e não fixador de população.

Décadas depois da fixação nortista em terras a oeste de Tordesilhas é que inicia a ocupação dos bandeirantes paulistas nessa área. Em 1693 a bandeira de Antônio Rodrigues Arzão descobriu o ouro no Caité. No ano seguinte (1694) Bartolomeu Bueno de Siqueira

descobriu jazidas do mesmo minério próximas a Itaverava, ambas em Minas Gerais. Descobrimientos sucessivos fizeram avançar de fato a fronteira portuguesa na América a partir desse polo. Em contrapartida a União Ibérica (1580 a 1640), período em que a coroa de Portugal esteve em mãos dos monarcas espanhóis, facilitara a ocupação portuguesa na Amazônia. Durante esse período foram criadas as capitanias portuguesas a oeste da linha de Tordesilhas dispostas no quadro abaixo:

Capitanias criadas na Amazônia durante a União Ibérica

Ano	Capitania	Donatário
1621	Grão-Pará	Capitania Real
1627	Caeté	Feliciano Coelho de Carvalho
1634	Caeté	Revogada em favor de Álvaro de Sousa
1637	Camutá ou Cameté	Feliciano Coelho de Carvalho
1637	Cabo Norte	Bento Maciel Parente

Uma discussão comum na literatura da expansão foi o papel da União Ibérica, que segundo alguns teria facilitado o avanço sobre as fronteiras somado ao mito do Eldorado. De fato, embora com a União Ibérica os dois países, Portugal e Espanha, assim como suas colônias, se mantivessem separados, é fora de dúvida que a coroa sob a cabeça do mesmo rei, facilitou o avanço português. Ao menos no norte. Quanto ao ouro, não podemos atribuir um papel relevante em razão de que o chamado Ciclo do Ouro inicia para oeste de Tordesilhas quando a União Ibérica já havia terminado havia várias décadas. Observamos o avanço para oeste de Tordesilhas durante a União Ibérica na Amazônia, mas o avanço do povoamento colonial a oeste daquela linha vindo do planalto de São Paulo apenas iniciaria depois do final da União Ibérica.

No caso da Amazônia, a par das mesmas motivações atribuídas aos bandeirantes paulistas, vemos que na consolidação da ocupação para além de Tordesilhas a forte presença do Estado Português, conforme constatou Ferreira Reis (REIS, s/d., p. 39). Vemos então que, ao norte da colônia brasileira, a linha de Tordesilhas já havia sido rompida durante o período denominado União Ibérica (1580-1640) com a criação de capitanias portuguesas a oeste daquela linha. Cinco

capitanias foram conquistadas, possuídas e dirigidas pelos portugueses a oeste de Tordesilhas antes do final da União Ibérica (1640) e mais de um século antes do Tratado de Madri (1750). Instaurou-se desse modo uma complicada estrutura onde a autoridade dos dirigentes das Capitanias Reais, administradas por elementos nomeados pelo rei, contrapunha-se à autoridade dos capitães donatários. Ainda assim, esses internamentos e posses garantiram aos portugueses aquelas terras. Ao permitir a criação da primeira dessas capitanias já no primeiro ano do seu governo (1621), o monarca espanhol Felipe IV (1605-1665), abriu um sério precedente às pretensões territoriais portuguesas. Com o fim da União Ibérica os portugueses mantiveram as terras em território espanhol na América do Sul. É importante dizer aqui que a Capitania do Grão-Pará no final da União Ibérica não possuía a extensão territorial que abrangeu a capitania do Grão-Pará em 1750 (Tratado de Madri).

Desde a instalação dos portugueses no Forte do Presépio, ou Forte do Castelo, em 1616, passaram eles a desalojar de suas posições e fortificações indivíduos de várias nacionalidades instalados na Amazônia. Assim foram surgindo as fortificações portuguesas como marco da sua ocupação territorial. Em 1661 a Fortaleza do Tapajós (Santarém), em 1669 a Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro (Manaus), em 1685-1690 o Forte de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Paru e o Forte da Vila de Almeirim, em 1697 o Forte de Santo Antônio dos Pauxis de Óbidos, são alguns deles (COSTA, 2014).

A expansão da mineração no sul e o combate aos “estrangeiros” no Norte

Destarte, foi a escassez de nativos nos arredores mais próximos de São Paulo que fez entrar em decadência a economia agrícola do planalto de Piratininga, já claramente observada no último quartel do século XVII. Foi então que descobrimentos sucessivos de ouro fizeram avançar de fato a fronteira portuguesa na América pelo sul. Isso porque, diferentemente das bandeiras anteriores, a descoberta de ouro

e diamantes ocasionava o transplante e a fixação da população colonial portuguesa nas novas regiões mineradoras. Nos períodos anteriores a atividade das bandeiras consistia em avançar sobre os territórios considerados como espanhóis fazer seu reconhecimento, prear nativos e retornar para São Paulo. Cinco anos depois da descoberta da mina de Itaverava, em 1699, Portugal recebia 725 quilogramas de ouro extraído no Brasil.

Enquanto esses eventos ocorriam a partir de São Paulo, ao norte da colônia a linha de Tordesilhas já havia sido rompida. A conquista e o estabelecimento definitivo dos portugueses na Amazônia relacionam-se à tentativa de fixação dos franceses no Maranhão. Comandados pelos Sr. De La Ravardiére um grupo de colonos franceses iniciou a ocupação das terras no litoral maranhense em 1612. A ação portuguesa contra essa invasão é bem sucedida. Sob o comando do capitão-mor Alexandre Moura em 1615 os franceses são expulsos do Maranhão. No final daquele mesmo ano esse comandante nomeia um membro de sua expedição, Francisco Caldeira Castelo-Branco, capitão-mor do Grão-Pará. No início do ano seguinte Castelo-Branco, que chegou ao Grão-Pará acompanhado de duzentos homens, fundou o Forte do Presépio de onde iniciou a dar combate a inúmeros núcleos coloniais instalados por outros povos europeus naquelas terras.

A dificuldade do monarca de Espanha expulsar com suas tropas elementos de outras nacionalidades que se instalavam em territórios da Amazônia, considerados de sua posse, fez com que atribuísse essa função ao elemento português. Pesava também, como consta no Tratado de Madri (1750) o fato de: [...] *não haverem averiguado até agora os verdadeiros limites daqueles domínios, ou a paragem donde se há de imaginar a Linha Divisória*, circunstância adicionalmente utilizada com oportunidade pelos portugueses para se estabelecerem a oeste de Tordesilhas.

Pela Carta Régia de 1621 (13 de junho) o monarca espanhol Felipe IV estabeleceu o Estado do Maranhão e Grão-Pará. Separado do Estado do Brasil, foi constituído pelas capitânicas gerais do Grão-Pará e Maranhão, com capital em São Luiz. A capitania do Grão-Pará situava-

se a oeste da linha de Tordesilhas e seus administradores, assim como aqueles da capitania do Maranhão, eram escolhidos no seio do aparelho burocrático e militar português. Em 4 de novembro de 1621 foi emitido aviso em que o monarca comunicava as providências para povoar e fortificar a costa do Brasil: “[...] *dos demais rios e os que forem tão largos que não alcance artilharia de uma parte a outra se fortifiquem e ainda que esta conquista seja da Coroa de Castela se pode encomendar a de Portugal por ser mais em conta, e que pela notícia de que na outra costa há povoados de ingleses e holandeses se poderia enviar em reconhecimento e conforme o que houvesse tomar resolução e fazer o necessário para expulsá-los.* (CALÓGERAS, 1998, p. 90; SILVA, 1854, p. 57).

Nos anos posteriores inúmeras entradas foram autorizadas pelo rei de Espanha e dirigidas por bandeirantes. A bandeira fluvial comandada por Pedro Teixeira em 1639 tomou posse do rio Amazonas para Portugal em nome do rei da Espanha. Dela participou Bento Maciel Parente, futuro capitão-general do Grão-Pará e capitão-donatário da capitania do Cabo Norte (atual Amapá). Em geral essas bandeiras fluviais agiam para expulsar súditos de outras monarquias europeias instalados na Amazônia ou, como aquelas de São Paulo, para sondar ou conquistar o território e escravizar os nativos. A par dessas iniciativas, os missionários portugueses iniciam também a implantar suas reduções a oeste de Tordesilhas, fato que somente viria a ocorrer no rio Guaporé após a criação da Capitania de Mato Grosso \Cuiabá (1748).

O surgimento dos núcleos de colonização portuguesa na região guaporeana foi consequência da descoberta do ouro, que provocou um enorme incremento populacional. A administração metropolitana, envolvida na tarefa de negociar com a Espanha um novo tratado que assegurasse seu território colonial até a fronteira oeste, aproveitou-se dessa verdadeira corrida ao metal precioso. Diversos arraiais haviam ali surgido e possuía em 1740 uma população mineradora estimada em 40.000 habitantes (LAPA, 1973, p. 23). Assim, em 1743 foi criado pelo governo português no rio Guaporé o distrito de Pouso Alegre que três

anos depois veio a ser transformado no município de Vila Bela da Santíssima Trindade. A indecisa soberania disputada entre os Estados na região ocasionou, em 1744, a fundação de Santa Rosa pelos jesuítas espanhóis no lado oriental do rio Guaporé (SÁ, 1904, p. 44). Foi a partir de 1746 que foram incrementadas as negociações que viriam a resultar no Tratado de Madri. Contudo, antecipando-se mais uma vez aos resultados daquele tratado a coroa portuguesa criou, em 1748 a capitania de Mato Grosso e Cuiabá, que teve como primeira capital a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade. Consolidara-se a ocupação a oeste de Tordesilhas promovida por São Paulo e Belém mesmo antes da assinatura do Tratado de Madri.

Destarte, na década em cujo último ano se assina o Tratado de Madri (1750), consolidando juridicamente os resultados da ação bandeirante sobre o oeste brasileiro, intensifica-se a penetração lusa no território fronteiro da Madeira-Guaporé. Estimulado pela cobiça do ouro e do comércio, negociando clandestinamente com os espanhóis e buscando a melhor via de abastecimento com a região mineradora, o trânsito de súditos do rei de Portugal, clérigos, militares, comerciantes e mineradores ocupou aquela fronteira de tal forma que reconheceram as potências ibéricas no texto do tratado que: [...] ***a corôa de Portugal tem ocupado as duas margens do rio dos Amazonas, ou Marañon, subindo até a boca do rio Javari [...] sucedendo o mesmo pelo interior do Brasil com a internação que fez esta corôa até o Cuiabá e Mato Grosso.*** (Tratado de Madri, 1750). A nova fronteira seguiu pelo rio Guaporé até o ponto médio do rio Madeira de onde em linha reta seguiria para a nascente do rio Javari.

Em 1752 chega ao Guaporé o primeiro capitão-general do Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura que instala sua primeira capital Vila Bela da Santíssima Trindade. Naquele mesmo ano por Provisão Régia os rios Guaporé, Mamoré, Madeira e Amazonas tornam-se via obrigatória de ligação entre Belém e Vila Bela. Esse percurso será conhecido como a monção do norte e servirá ao comércio de todo o norte do Mato Grosso consolidando a unidade dos dois mais

importantes rios da fronteira oeste: o Madeira e o Guaporé, os quais ligavam as capitanias do Grão-Pará e Mato Grosso.

Fontes consultadas

CALÓGERAS, Pandiá. *A política exterior do Império*. vol. 1: As origens. Ed. fac-similar. Coleção biblioteca básica brasileira. Brasília: Senado Federal, 1998.

CARVALHO Jr. Almir Diniz. Principais Indígenas na Amazônia Portuguesa. *Anais do Simpósio Nacional de História* (ANPUH), Londrina PR – 17 a 22 de julho de 2005.

CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FUNDAP, 2012.

COSTA, Graciete Guerra da. Fortificações na Amazônia. *Navigator: Subsídios para a História Marítima do Brasil*; Vol. 10, No 20 (Año 2014). http://revistanavigator.com.br/navig20/art/N20_art3.html.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. Ed. rev. e atual. Brasília: FUNAG, 2015.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A economia colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. *História da capitania de São Vicente*. Escorço biográfico do autor por Afonso de E. Taunay. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

MADRE DE DEUS, Gaspar da (frei). *Memorias para a historia da capitania de S. Vicente, hoje chamada de S. Paulo, do estado do Brazil*. Collecção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas, que vivem nos dominios portuguezes, ou lhe são vizinhas. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1797.

MONTEIRO, John Manuel. *Os negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

NUNES, Diogo. Carta de Diogo Nunes escrita a D. João III acerca do descobrimento de sertões aonde podia chegar atravessando a terra de São Vicente. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB), Rio de Janeiro, tomo II (1840), 3.ed., 1916, pp. 375-379.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Bandeirantes e pioneiros: as fronteiras no Brasil e nos Estados Unidos*. *Novos Estudos CEBRAP* N°37, novembro 1993 pp. 214-22.

PINTO, Orlando da Rocha. *Cronologia da construção do Brasil: 1500-1889*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. Organização Carlos Augusto Calil. 10a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia que os portugueses revelaram*. Rio de Janeiro: MEC, s.d.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SÁ, Joseph Barbosa de. Relação das povoaçoens do Cuyabá e Mato Grosso de seos princípios thé os presentes tempos. *Annais da Bibliotheca Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904, 58 p.

SILVA, José Justino de Andrade e. *Collecção chronologica da legislação portuguesa*. 1620-1627. 10 vols. Lisboa: J. J. A. Silva, 1854-59. p. 57

SOARES, Teixeira. *História da formação das fronteiras do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Conquista, 1975.

TAUNAY, Afonso D'Escragnolle. *História das Bandeiras Paulistas*. Salvador: Centro De Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB), 2012.